

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E MUNICIPALIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE PARAGUAÇU PAULISTA

INCLUSIVE EDUCATION AND MUNICIPALIZATION: AN EXPERIENCE IN SPECIAL EDUCATION IN THE MUNICIPAL DISTRICT OF PARAGUAÇU PAULISTA

Anna Augusta Sampaio de OLIVEIRA¹
Rosimar Bortolini POKER²

RESUMO: o artigo apresenta o projeto de inclusão de deficientes auditivos e mentais em classes comuns de ensino desenvolvido junto ao Departamento de Educação do município de Paraguaçu Paulista. São resgatados os princípios e leis que fundamentam a proposta de educação inclusiva e se demonstra como a educação especial foi interpretada nesse projeto, para favorecer e possibilitar a operacionalização da inclusão, no referido município. O artigo enfatiza, ainda, a necessidade de ações no âmbito político-pedagógico, e principalmente político-administrativo, para se viabilizar a transformação efetiva da escola e de seus professores a caminho da concretização de uma *educação para todos*, com qualidade, ou seja, verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVES: educação inclusiva; educação especial; projeto de inclusão.

ABSTRACT: the paper presents the inclusion project of deaf and mental deficiency in common teaching groups which were developed along with the education department of the municipal district of Paraguaçu Paulista. In this paper the principles and rules that are based the proposal of inclusive education are retrieved and it shows how the special education was interpreted in this project to promote and to make possible the inclusion accomplishment in the above mentioned municipal district. The paper also emphasizes the necessity of attitudes in the political pedagogical ambit, and mainly in the political administrative one, for the effective changes of the school and its teachers to have the execution of a unique and qualified *education for all*, in other words, a real inclusive education.

KEYWORDS: inclusive education; special education; inclusion project.

Introdução

O direito à Educação estabelecido pela Lei máxima do país, a Constituição Federal, assim como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, assegura a todos o acesso e permanência na escola para aquisição de conhecimentos sistematizados, organizados e considerados fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades que visem a formação integral de todos os educandos, preferencialmente, na rede pública de ensino.

A partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, celebrada em 1990, em Jomtiem, na Tailândia e da Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades especiais, em 1994, na Espanha, a discussão sobre a educação inclusiva vem ganhando espaço no meio acadêmico e escolar. Tais propostas consistem no projeto de uma "Escola para Todos", na oferta de uma série de serviços a todas as crianças de acordo com suas necessidades individuais de

¹ Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - câmpus de Marília, mestre em Educação Especial pela UFSCar/SP e doutora em Educação pela Unesp/Marília.

² Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - câmpus de Marília, mestre e doutora em Educação pela Unesp/Marília.

aprendizagem, tendo como base à heterogeneidade e a diversidade própria à condição humana.

Desta forma, a *Inclusão* é entendida como um princípio, um fundamento filosófico que “reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade” (ARANHA, 2000, p. 2). Seus pressupostos devem reger ou orientar ações concretas em todos os âmbitos sociais na busca da convivência na diversidade, entendendo que as diferenças são constituintes da formação humana. Este princípio surge no antagonismo dialético e histórico dos movimentos sociais e preconiza a busca de uma sociedade mais igualitária e mais justa, que não restrinja as oportunidades das pessoas, independentemente de suas condições individuais.

A inclusão pode ser entendida como um novo paradigma (ARANHA, 2000, p. 3), denominado *Paradigma de Suportes* e “fundamentado no princípio da diversidade, no princípio da igualdade e no conceito de inclusão social” (ARANHA, 2002, p. 2). Assim, caracteriza-se como um processo bidirecional, cabendo também à sociedade a efetivação de modificações que garantam o acesso de todos à vida social.

Do ponto de vista educacional, o paradigma da inclusão pressupõe um movimento de transformação profunda da escola, possibilitando o atendimento com qualidade a todos os alunos, por mais dificuldades que possam apresentar. “Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas” (KARAGIANNIS et. al., 1999, p. 21).

É uma educação que está pautada em uma concepção diferenciada de educação e aprendizagem, fundamentando sua prática pedagógica numa aprendizagem mediada. Como decorrência, algumas alterações significativas devem ocorrer na dinâmica da escola na busca desta nova consciência coletiva. No entanto, o processo é singular e deve ser construído com base no projeto pedagógico de cada escola, estabelecendo diretrizes que garantam a aprendizagem na heterogeneidade.

Inclusão e Educação Especial

Em educação especial a discussão sobre inclusão passa pela crítica a uma escola seletiva e pela necessidade de ampliação das oportunidades educacionais de todos, inclusive dos alunos com deficiência, preconizando o acesso permanente e a garantia de aprendizagem também para estes alunos.

Na proposta de uma escola inclusiva acredita-se que o melhor lugar para toda e qualquer criança aprender seja a escola comum e, assim, faz-se necessário viabilizar a incorporação dos alunos com necessidades educacionais especiais (entre eles, os deficientes) nas classes comuns. Isto pressupõe transformações na dinâmica, tanto da escola como da aula planejada pelos professores, uma vez que a escola deve oferecer as melhores condições possíveis para todos virem a desenvolver seu potencial máximo.

A diversidade passa a ser compreendida como parte da natureza do ser humano, sendo o trabalho pedagógico necessariamente diverso para poder ser adequado, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de todos e superar a dicotomia ainda existente entre a forma de conceber o alunado da educação especial e o da educação comum. Assim, na tentativa de se resgatar o verdadeiro sentido da educação especial e a sua unidade com educação comum, os atendimentos e/ou recursos *especiais* passam a ser utilizados por todo e qualquer aluno que precise destes para aprender.

Neste sentido, a escola resgata sua verdadeira função social permitindo a participação de todos os alunos na vida da escola, inclusive dos alunos com deficiência. É a partir de uma visão dinâmica de deficiência que a educação especial precisa ser entendida “como uma educação especializada em todos os alunos e não apenas em alguns deles” (MANTOAN, 1997, p.120), constituindo-se em um espaço necessário para o desenvolvimento educacional de todos os alunos, sejam eles deficientes ou não.

A educação especial assume, portanto, outro papel no sistema inclusivo, devendo ser encarada como uma extensão ou desdobramento da educação comum, cujo objetivo primeiro é favorecer a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, entre eles, os alunos com deficiência, possibilitando a convivência educativa entre todos os alunos. Para tanto, são usados métodos, técnicas e recursos diferenciados que se adaptam às necessidades individuais de aprendizagem dos alunos. Assim, “caracteriza-se, agora, como um conjunto de serviços e apoios que assegurem, aos que dela necessitam, a participação efetiva no processo educacional, [...] dando o suporte necessário para a viabilização da oportunidade educacional para todos” (LEITE e OLIVEIRA, 2002), em unidade com a educação comum.

A educação especial não é mais entendida como uma modalidade educativa diferente da regular, mas sim como um conjunto de recursos e medidas que o sistema põe à disposição de uma resposta adequada às necessidades educativas de todos os alunos. [...] com a adequação progressiva do currículo regular destinada a conseguir um equilíbrio entre o maior grau possível de normalidade na resposta educativa e a maior eficácia na promoção do desenvolvimento integral da criança, tal como a adaptação progressiva do currículo escolar em geral. (MAJON, GIL e GARRIDO, 1997, p.58)

Assim, a educação especial só se justifica como um elemento integrador, que busca assegurar aos que dela necessitam (principalmente aos alunos com deficiência), a sua participação efetiva no processo educativo, garantindo a possibilidade de aquisição dos conteúdos curriculares estabelecidos no contexto educacional, ainda que com adaptações.

A experiência com pedagogia inclusiva tem ocorrido em várias partes do mundo (STAINBACK e STAINBACK, 1999; HEREDERO, 1999; GONZÁLEZ, 1999; BAUTISTA, 1997; COLL, 1995, e outros) e, no Brasil, esta é a diretriz apontada pela Secretaria de Educação Especial que, junto ao Ministério de Educação e Cultura, vem

tentando viabilizar esta nova proposta no ensino público brasileiro (BRASIL, 1997; 1998; 1999).

No entanto, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, requer uma atenção especial, uma vez que o desenvolvimento efetivo destes alunos deve ser assegurado, através de procedimentos pedagógicos adequados que garantam e propiciem a sua aprendizagem. Tais procedimentos diferenciados incluem desde estimulação intensiva, métodos e técnicas, recursos materiais, adaptações curriculares e, quando necessário, até adaptações arquitetônicas nos prédios escolares para receber e possibilitar o convívio entre *todos* os alunos. Todas essas adaptações visam garantir o princípio de igualdade de oportunidades, sem as quais o direito garantido em lei não se viabiliza no cotidiano escolar (OLIVEIRA e LEITE, 2000).

A proposta da Educação Inclusiva é bastante complexa, pois a escola precisará preparar-se para lidar com *Todos* os alunos o que significa considerar as inúmeras especificidades existentes para a aprendizagem ocorrer, inclusive as especificidades decorrentes de deficiências sensoriais, físicas ou cognitivas.

Neste sentido, é imprescindível que a escola tome consciência sobre as concepções, posturas e metodologias que utiliza para que seus problemas, de alguma maneira, venham a ser enfrentados à luz de outro paradigma que trata a educação especial como parte da educação comum, possibilitando um ensino de qualidade para todos os alunos,

No paradigma inclusivo ocorre uma redefinição conceitual a respeito do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. Nele, considera-se que um aluno possui necessidade educacional especial quando apresenta dificuldades significativas para aprender os conteúdos previstos no currículo da série em que ele se encontra, que deve corresponder à sua faixa etária.

Tal necessidade educacional pode ser permanente ou temporária e ocorre devido a diversos fatores, desde dificuldades internas, carência sócio-econômica, questões emocionais, trajetória escolar, deficiência sensorial ou cognitiva e outras variáveis. No sentido de responder de forma adequada a essas dificuldades de aprendizagem do aluno, a escola poderá propor adaptações curriculares de diferentes níveis: adaptação de escola, de aula ou, se necessário, adaptações curriculares individuais em uma ou várias áreas do currículo, garantindo o acesso, permanência e desenvolvimento deste aluno na escola regular. (OLIVEIRA e LEITE, 2000; CORREA, 1999; HEREDERO, 1999; BAUTISTA, 1997; Coll, 1995).

As escolas devem adequar seu projeto pedagógico, o qual "assume um papel fundamental na construção de um espaço educacional acolhedor. Portanto, deve garantir propostas educacionais que atendam às diferenças" (LEITE e OLIVEIRA, 2002), buscando procedimentos alternativos para acolher e conviver com a diversidade, a partir do princípio de inclusão.

Operacionalização do princípio de inclusão

A construção de um sistema educacional inclusivo exige ações direcionadas e planejadas no âmbito político-pedagógico, decorrentes da política e da administração assumida pelo município, que viabilizará ou não, investimentos para a formação continuada do educador e da equipe técnica do departamento de educação municipal.

De acordo com Aranha (2000, p. 8) “a instância político-administrativa [...] deve nortear a elaboração de plano com objetivos a curto, médio e longo prazo, na direção da implementação gradativa e fundamentado técnico-cientificamente do processo de construção da inclusão”. Estas ações administrativas devem prever investimento na capacitação da equipe técnica, na capacitação de professores, coordenadores e diretores, bem como na assessoria pedagógica continuada. Só assim os profissionais da educação poderão se especializar organizando a escola e os procedimentos de ensino de acordo com as reais necessidades e especificidades do alunado, vindo a atuar com maior segurança.

Estamos vivenciando grandes modificações na política educacional do país, com determinações legais que provocam verdadeiras “revoluções” no cotidiano da escola, como é o caso da municipalização do ensino fundamental e da pedagogia da inclusão. Diante deste quadro observa-se o quanto é imprescindível o investimento em formação continuada do educador e de todos aqueles que estiverem envolvidos com a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, com o processo de inclusão.

Muitos municípios e escolas estão passando por grandes dificuldades para conduzir tal processo, pois, sem um conhecimento e aprofundamento maior do significado da inclusão compromete-se, muitas vezes, toda a ação da rede de ensino. Com a municipalização do ensino fundamental, assumindo inclusive o ensino especial, os municípios começaram a enfrentar uma realidade até então desconhecida: lidar com as heterogeneidades de toda ordem no mesmo espaço escolar, incluindo alunos que tem deficiências sensoriais, físicas ou cognitivas.

Como lidar com esta nova situação quando, muitas vezes, as equipes das Secretarias Municipais de Ensino não conhecem os fundamentos básicos da educação especial e, muito menos, as características de aprendizagem dos alunos com deficiência? Esta equipe precisa estar apta, ou seja, deter conhecimentos que fundamentarão e respaldarão, teoricamente, suas orientações aos professores e estar consciente das novas exigências legais acerca da educação dos alunos com deficiência e da responsabilidade em promover uma educação inclusiva.

Neste sentido, um trabalho de parceria entre a universidade e os departamentos de educação municipais podem resultar em uma ação positiva, provocando transformações tanto a nível conceitual dos envolvidos no projeto, quanto a nível didático-pedagógico, trazendo benefícios a alunos, pais e comunidade escolar como um todo. Pode, também, levar a universidade a refletir sobre os problemas da

escola pública, envolvendo-se diretamente com ela e comprometendo-se a contribuir para a implementação de uma escola inclusiva.

A experiência do município de Paraguaçu Paulista

Com o intuito de caminhar em direção a um modelo de escola inclusiva, deu-se início, em 1998, no Município de Paraguaçu Paulista, junto ao Departamento de Educação Municipal, o projeto "Uma Escola para Todos". O objetivo principal era o de viabilizar um programa de pedagogia inclusiva, com o envolvimento de toda a escola e mudando a situação de precariedade do ensino especial oferecido aos alunos deficientes, assim com toda a estrutura de educação especial existente no município.

Os serviços de educação especial, na ocasião do início do projeto, estavam restritos, quase que exclusivamente, ao atendimento em classe especial de alunos com deficiência auditiva e mental. Os alunos freqüentavam estes serviços há alguns anos e não apresentavam alterações significativas na sua aprendizagem. De fato, naquele momento o serviço de educação especial era utilizado apenas para a manutenção dos alunos na escola, não tendo qualquer função no sentido de provocar o desenvolvimento da sua aprendizagem ou mesmo lhes dar suporte pedagógico viabilizando a inclusão no ensino regular.

A partir deste contexto, teve início o projeto de inclusão em Paraguaçu Paulista com um trabalho de assessoria técnica-pedagógica, dirigido à equipe técnica do Departamento de Educação Municipal e aos coordenadores pedagógicos e professores das classes especiais existentes. Os objetivos, neste primeiro momento do projeto, foram os seguintes:

- 1- atualizar o conhecimento em educação especial dos professores das classes especiais de deficientes auditivos e mentais em exercício na rede municipal de ensino e de duas docentes das classes de escolarização da APAE;
- 2- orientar os professores das classes especiais em exercício na rede municipal de ensino e duas docentes das classes de escolarização da APAE, sobre procedimentos técnico-pedagógicos com ênfase na avaliação pedagógica dos alunos;
- 3- capacitar a equipe técnica da Secretaria Municipal de Ensino, possibilitando o conhecimento das modalidades de atendimento, recursos e procedimentos pedagógicos da Educação Especial;
- 4- oferecer assessoria pedagógica aos professores especializados em deficiência auditiva e mental, da rede municipal de ensino, através de acompanhamento e realização de estudo de caso com alguns alunos.

Com a equipe técnica, as capacitadoras realizaram seis encontros, em agosto e setembro de 1998, perfazendo um total de 24 horas de curso, nos quais foram discutidos os seguintes assuntos: política atual de educação especial, estrutura, organização e funcionamento da educação especial no paradigma inclusivo;

concepção de deficiência; ensino segregado e ensino inclusivo; alternativas e modalidades de atendimento ao aluno com deficiência e capacitação de professores. Estes assuntos foram definidos em conjunto com a própria equipe, a partir da nossa proposição, uma vez que percebíamos a necessidade destes conhecimentos como balizadores importantes para o processo que se iniciava naquele município.

Com os professores das classes especiais e professores da APAE, foram realizados encontros de agosto a dezembro de 1998, visando um maior acompanhamento pedagógico dos alunos atendidos por meio da assessoria em sala de aula. Realizamos 12 encontros, perfazendo um total de 48 horas de curso. Participaram deste momento 3 professores de classe especial (um da área de deficiência mental e 2 da área de deficiência auditiva), 1 coordenador pedagógico, 3 professores da APAE e 1 psicóloga, também da APAE, num total de 8 participantes.

Foram discutidos assuntos relacionados à política atual de educação especial; concepção de deficiência, ensino, aprendizagem e desenvolvimento do aluno; elaboração de currículos, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na alfabetização; estratégias de avaliação pedagógica. Refletimos, também, sobre como viabilizar um trabalho em parceria entre professor especial e professor comum.. No decorrer dos encontros, foram realizadas avaliações pedagógicas contínuas nos alunos das classes especiais, com o objetivo de definir ações educacionais e administrativas perante estes alunos.

Ao final do ano de 1998, contávamos com o seguinte panorama: 2 classes especiais de deficientes auditivos, totalizando 18 alunos matriculados e 1 classe especial para deficientes mentais com 18 alunos.

Com base no programa de avaliação anteriormente citado e aplicado nas classes especiais, no 3º e 4º bimestres de 1998, iniciamos o ano de 1999 com a seguinte configuração: manutenção das classes especiais, sendo que dos 18 alunos deficientes auditivos, 3 foram incluídos no Ensino Fundamental na modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos e 15 permaneceram nas classes com um trabalho diferenciado baseado em mudanças estruturais propostas na prática pedagógica, inclusive com a introdução da língua de sinais e uso da audição residual visto que, naquela ocasião, a prefeitura comprou aparelhos de ampliação sonora individual para todos os alunos que necessitavam, assim como se responsabilizou pelo acompanhamento do uso desses aparelhos. Também é digno de nota, que nesse ano formou-se um coral de surdos, coordenado pela professora de classe especial que vinha se especializando no conhecimento e divulgação da língua de sinais.

Na área de deficiência mental, podemos apontar os seguintes resultados: 3 alunos foram incluídos na 2ª série do 1º Ciclo do Ensino Fundamental, 2 alunos foram para o Ensino de Jovens e Adultos, sendo um na 2ª série e o outro na 3ª. série do 1º Ciclo do Ensino Fundamental, 5 alunos encaminhados para avaliação interdisciplinar na APAE, para incluí-los em programas adequados dentro da Instituição e 1 aluna foi admitida, em caráter experimental, como auxiliar numa creche municipal e os outros foram mantidos na classe especial com programas pedagógicos

individualizados. Vale ressaltar a importância da tentativa de resgatar o papel da classe especial, que deve ser, quando fizer necessário, rotativo, dinâmico e temporário.

No ano de 1999, em continuidade ao processo de implantação de uma escola inclusiva, foi elaborado um Programa de Educação Especial com todos os professores da Rede Municipal do Ensino Fundamental, num total de 250 participantes. Era necessário considerar as necessidades profissionais dos professores, levando-os a conhecer o Programa de Educação Especial do Município, as implicações da política da inclusão na educação, bem como orientá-los quanto à ação pedagógica na diversidade e, mais especificamente, o trabalho com os alunos com deficiências.

Desenvolveu-se um projeto de trabalho no município com dois grandes eixos: assessoria pedagógica às classes especiais e formação continuada de professores do ensino fundamental. Para a execução deste programa, algumas ações foram operacionalizadas: 1- assessoria teórico-metodológica às classes especiais de deficientes auditivos e mentais, 2- implantação de salas de recursos para alunos com necessidades educacionais especiais, 3- efetivação do projeto de inclusão, viabilizando o ingresso, acesso e permanência dos alunos (com deficiência auditiva ou mental), que ainda permaneciam nas classes especiais, no ensino regular.

Não podemos deixar de citar o cuidado com a estrutura física das salas de recursos implantadas neste município, assim como também das classes especiais, com o objetivo de tornar o ambiente agradável e produtivo para o aluno; equipado com materiais pedagógicos variados, amplo espaço interno, canto para leitura (com tapete e almofadas), estante com livros infanto-juvenis, lousa, cortina, duas salas espelhadas (para o trabalho especialmente, porém não exclusivamente, com os alunos surdos), adaptação tanto da sala de recursos como da classe especial de surdos, com piso adequado, revestimento das paredes, etc.

No que se refere ao eixo da formação continuada de professores, tivemos como foco principal a atual Política de Educação para Todos, julgando essencial o trabalho com professores regulares, para que pudessem refletir acerca das tendências mundiais de educação e pudessem receber o devido preparo para atuar com o aluno com necessidades educacionais especiais, uma vez que esta era a proposta assumida pelo Departamento de Educação Municipal.

Concomitantemente ao trabalho de Formação Continuada, alguns outros projetos foram encaminhados pelo Departamento de Educação como: curso de computação para alunos surdos; aulas de expressão corporal para os alunos que frequentavam as classes especiais e salas de recursos; investimento em curso de formação em Libras para a professora da área de deficiência auditiva; viabilização da participação dos professores do ensino especial em importantes simpósios científicos; ampliação do número de alunos atendidos na sala de recursos; elaboração de fichas de avaliação para serem usadas pelos diretores das escolas no momento do encaminhamento dos alunos para a sala de recursos. Além disso, muitas outras ações se passaram no cotidiano das escolas e, embora, aparentemente nos pareçam pequenas, foram altamente significativas.

Após todo o investimento na formação continuada dos professores, com a participação também de diretores e coordenadores, no início do ano de 2000, passamos à implantação mais efetiva da política de inclusão em algumas escolas. Assim, no ano de 2000 foram incorporados ao sistema de ensino regular 12 alunos surdos no Ensino de Jovens e Adultos e no Ensino Fundamental, permanecendo apenas 5 alunos na classe especial de deficientes auditivos. Com essa nova organização, uma classe especial transformou-se em sala de recursos, o que permitiu a ampliação do atendimento aos alunos com necessidades educacionais do município.

Na área de deficiência mental, dos 9 alunos que permaneciam na classe especial, 7 foram incorporados no ensino regular, 1 aluna mudou para outra localidade, 1 aluno permaneceu na classe especial. Graças à parceria de trabalho com APAE, foi possível a inclusão de alguns de seus alunos nas classes regulares, uma vez que esta instituição também participava e estava integrada ao movimento de inclusão do município.

A manutenção da classe especial na área de deficiência mental se explica devido à gravidade do comprometimento curricular apresentado por alguns alunos naquele momento. Julgou-se que o melhor ainda seria o atendimento destes alunos na classe especial, mas prevendo atividades comuns que pudessem permitir sua participação efetiva na vida da escola.

A atenção à diversidade aliada a preocupação em garantir um ambiente adequado para *Todos* os alunos, provocou a necessidade de acompanhamento e assessoria ao professor que recebeu dentre outros, alunos provenientes das classes especiais. Ressalte-se ainda que, em sua maioria, os professores não possuíam formação suficiente para lidar com esta nova situação proposta.

O êxito da Pedagogia Inclusiva depende, em grande medida dos apoios pedagógicos, das adaptações adequadas e da modificação de algumas estratégias metodológicas da aula comum. Desta forma, o trabalho de orientação ao professor e acompanhamento do aluno é fundamental e deveria ser o foco principal de um trabalho pedagógico que vise a implantação da Pedagogia Inclusiva.

Assim, no ano de 2000, as ações foram empreendidas no desenvolvimento e continuidade do projeto de Implementação da Educação Inclusiva no município, com os seguintes objetivos:

- 1- possibilitar que alunos com necessidades educacionais especiais frequentem as classes comuns de ensino, oferecendo oportunidades de desenvolver ao máximo sua aprendizagem com respaldo do apoio pedagógico necessário;
- 2- oferecer acompanhamento e orientação técnico-metodológica ao professor, instrumentalizando-o para um trabalho pedagógico que inclua os alunos com necessidades educacionais especiais no cotidiano da sala, através da elaboração de adaptações curriculares, de grupo e individuais;
- 3- favorecer a transformação da escola dotando-a de maiores recursos e possibilidades para oferecer uma resposta adequada aos que têm necessidades educacionais específicas.

Para execução do projeto contamos com 4 encontros para curso teórico, com professores do Ensino Fundamental (incluindo professores de 1º à 8ª série) e Educação de Jovens e Adultos, que receberam alunos com necessidades educacionais diferenciadas provenientes das classes especiais, APAE ou da própria escola. Participaram deste momento, também diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos das escolas; também foram incluídos no projeto, professores do ensino infantil, uma vez que estavam em curso no município, ações de identificação precoce de alunos com necessidades educacionais especiais, mais especificamente, de alunos com deficiência.

Este projeto desenvolvido no ano de 2000 contou, num primeiro momento, com um curso teórico, cujo conteúdo baseou-se na discussão sobre o conceito atual de Educação Especial, de Necessidades Educacionais Especiais e de adaptações curriculares. A partir da análise destes conteúdos os professores organizaram o processo de avaliação dos alunos e elaboraram os documentos individuais de adaptação curricular. Num segundo momento, na fase de assessoria e acompanhamento direto, foram realizadas visitas às classes frequentadas pelos alunos para observação da participação do aluno incluído na aula e elucidação de algumas dúvidas apresentadas pelo professor.

Os professores ficaram responsáveis por elaborar um documento de adaptação curricular, que incluía: avaliação psicopedagógica, levantamento do nível de competência curricular do aluno e elaboração de uma proposta de adaptação curricular, com planejamento pedagógico e levantamento de critérios de avaliação.

No final de 2000, 11 escolas estavam fazendo parte do projeto com 60 profissionais envolvidos e 45 alunos com deficiência auditiva e mental incluídos no ensino regular, (08 alunos no Ensino Infantil, 37 alunos no Ensino Fundamental, sendo 20 de 1ª à 4ª séries, 12 na 5ª ou 6ª série e 05 no Ensino de Jovens e Adultos), 19 alunos em classe especial, sendo 15 na área deficiência mental e 04 na área deficiência auditiva. É importante chamar a atenção para a responsabilidade do Departamento de Educação que manteve uma classe especial na área de deficiência auditiva, com apenas 04 alunos, uma vez foi observado que eles necessitavam, ainda, deste recurso.

Não se pode deixar de mencionar o atendimento em sala de recursos, que mantinha uma rotatividade intensa, buscando atender ao máximo os alunos que dela necessitavam, ou seja, alunos que possuíam necessidades educacionais especiais, fossem elas relacionadas com a deficiência mental, deficiência auditiva, paralisia cerebral, problemas emocionais ou, dificuldades mais graves no acompanhamento curriculares.

Considerações finais

Com este relato de experiência é possível afirmar que o município de Paraguaçu Paulista investiu fortemente na implantação e implementação da Pedagogia Inclusiva procurando, de maneira cuidadosa, progressiva e competente, reverter o

perverso papel de seleção e discriminação de alunos que a escola pública vem desempenhando no cenário educacional brasileiro.

Há muito ainda a ser feito pelo município para que a garantia da *Escola Para Todos* se solidifique, tornando permanente os serviços oferecidos às crianças e adolescentes da escola pública. Entretanto, para que se alcance uma educação digna, capaz de respeitar as diferenças existentes entre as pessoas, educando na diversidade, princípio fundamental do movimento de Inclusão, é preciso um começo. E, para se começar algo novo é preciso coragem. Coragem para se investir num projeto audacioso que provoca mudanças profundas na dinâmica de trabalho de todos os profissionais da escola. Este é com certeza um grande desafio para qualquer município.

Paraguaçu Paulista enfrentou tal desafio. A equipe técnica que assumiu a educação do município em 1998, reconhecendo as limitações das práticas pedagógicas até então utilizadas, percebeu a necessidade de mudança da realidade vigente. Procurou assessoria e apoio da universidade para subsidiar a organizar suas ações no paradigma inclusivo tentando assim conquistar uma escola melhor para *Todos* os alunos.

Neste sentido, muitas ações inovadoras foram desenvolvidas no âmbito didático-pedagógico e na organização das escolas da rede municipal de ensino, conseguidas através do envolvimento e participação dos professores, coordenadores, diretores e, principalmente dos profissionais do departamento de educação do município nos cursos, orientações e assessorias realizadas.

Conclui-se daí que o município, a escola e, principalmente, os alunos se beneficiaram deste projeto, como também a universidade. A rede municipal de ensino pode ter acesso às novas abordagens teóricas e metodológicas reorganizando a escola a partir de reflexões pertinentes e atuais. Possibilitou-se aos profissionais não só o conhecimento de uma nova proposta de trabalho, mas a compreensão e a tomada de consciência sobre o fazer pedagógico.

A universidade, em contrapartida, teve condições de ir além das discussões no âmbito teórico. A operacionalização da proposta inclusiva permitiu a explicitação de conceitos e a construção real do que se discute no plano ideal.

Referências

ARANHA, M.S.F. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, E.J. *Educação Especial: temas atuais*. Marília: Unesp: Marília-Publicações, 2000.

ARANHA, M.S.F. A sociedade brasileira, a pessoa que apresenta necessidades especiais, a acessibilidade e a construção de uma sociedade inclusiva. Programa Salto para o Futuro. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/barra1.htm. Acesso em 30/10/2002.

BAUTISTA, R. (coord.) *Necessidades Educativas Especiais*. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: necessidades especiais em sala de aula*. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nova LDB (lei nº 9.394)*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1997.
- COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.) *Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CORREA, L.M. *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*. Portugal: Porto Editora, 1999.
- GONZÁLEZ, M.C.O. De las "necesidades educativas especiales" a la inclusión. *Siglo Cero*. Vol. 27 (2). Págs. 5-13, 1999.
- HEREDERO, E.S. *Necesidades Educativas especiales y adaptaciones curriculares*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 1999. (mimeog.).
- KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo e Visão geral da Inclusão. In: STAINBACK, W; STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- LEITE, L.P., OLIVEIRA, A.A.S. O papel da educação especial no sistema inclusivo. *Diário de Marília*, Marília, 24/10/2002.
- MAJÓN, D. G; GIL, J.R; GARRIDO, A. Adaptações Curriculares. IN: BAUTISTA, R. (coord.) *Necessidades Educativas Especiais*. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 1999.
- MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In: MANTOAN, M.T.E. e col. *A Integração de Pessoas com Deficiência - contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memmon, 1997.
- OLIVEIRA, A A S. ; LEITE, L. P. Escola Inclusiva e as necessidades educacionais especiais. IN: MANZINI, E.J. *Educação Especial: temas atuais*. Marília: Unesp: Marília-Publicações, 2000.
- SÃO PAULO. Secretaria da Educação. *Resolução 95/00*. Diário Oficial. Vol. 110, nº 223. São Paulo: Imprensa oficial. 22-11-2000.
- STAINBACK, W.; STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Recebido em: 09/03/2002

Revisado em 03/12/2002

Aceito em: 06/12/2002